



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2020

Caracterização e análise do(s) Colegiado(s) de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERs) da política de desenvolvimento territorial da Bahia

Lucimara Rocha de Souza Bastos¹; Oriana Araujo²

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lucimarabastos62@gmail.com
2. Orientador, Departamento de nome, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: oasilva1@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: CODETERs; território de identidade; política territorial da Bahia

INTRODUÇÃO

A instituição da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado da Bahia nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) está atrelada a uma série de mecanismos institucionais que visaram a efetiva participação popular. Um destes mecanismos é o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), que legalmente deve ser constituído por representantes da sociedade civil e do poder público para a elaboração de programas, projetos e ações que proporcione tal desenvolvimento.

Além dos Colegiados Territoriais, foi instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER); ambos foram instituídos pelo Decreto nº 12.354 de 2010 e regulamentados pela Lei nº 13.214 de 2014 como instâncias fundamentais e correlatas da política territorial baiana, para a promoção da ampliação da participação social no planejamento estatal.

Por ser designado como mecanismo de extrema importância para o desenvolvimento territorial participativo, torna-se crucial compreender o nível de participação popular que é instaurado e executado no processo de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia, além da real efetividade desse instrumento no acompanhamento e discussão da política territorial.

Para alcançar tais respostas foram estabelecidos na pesquisa o seguinte objetivo geral: Caracterizar os CODETERs (Colegiado de Desenvolvimento Territorial), reconhecendo sua abrangência para análise de suas ações, além de objetivos específicos, como: Identificar a composição dos CODETERs desde sua constituição nos diferentes governos petistas; Analisar os documentos produzidos (a exemplo das atas) nas reuniões dos CODETERs e os regimentos internos; Identificar o estabelecimento de Câmaras Técnicas e analisar a relação do CODETERs com a AG-TER (Agenda Territorial), e elaborar quadros-síntese e fluxogramas para exposição dos resultados.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram qualitativos, a partir da análise documental e bibliográfica, com leitura e elaboração de referencial teórico sobre Territórios de Identidade, política territorial e CODETERs. Para o embasamento teórico foram utilizados alguns autores como: Vieira (2018), Silva (2018), Boneti (2011), Albuquerque (2006), Dias (2016), Souza (2008), Haesbaert (2014), Santos (2009).

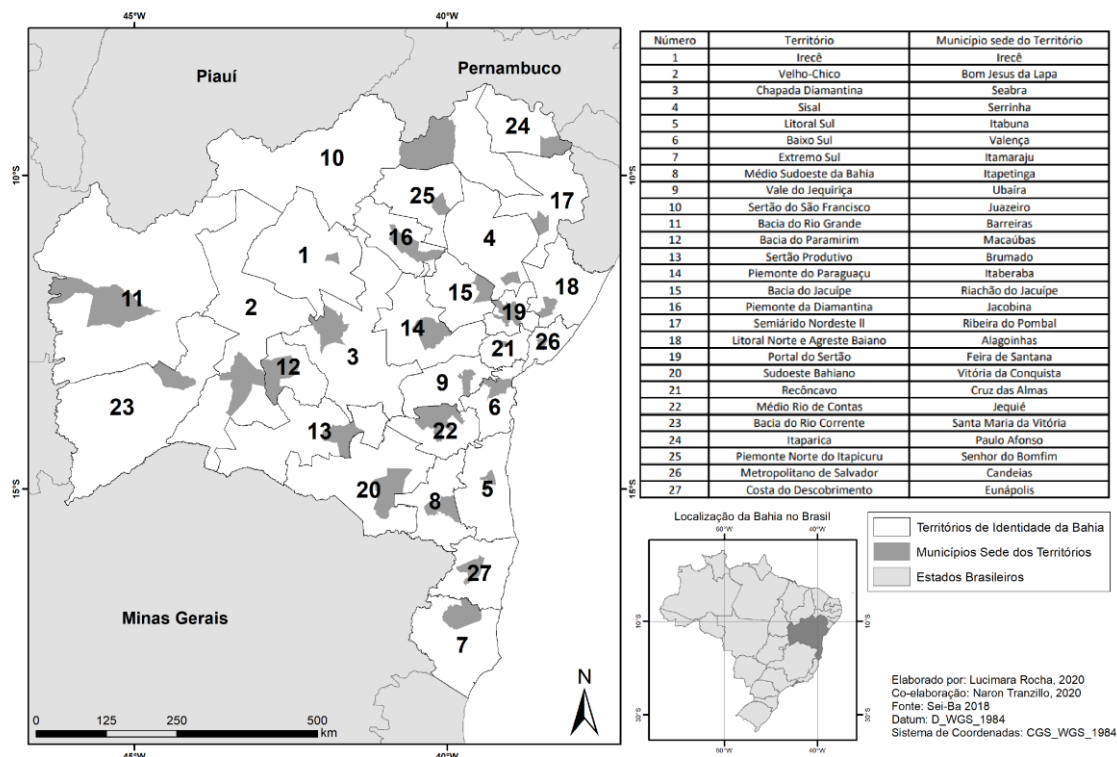
O principal procedimento metodológico adotado foi a análise documental, que consistiu na consulta à legislação específica do CODETERs (Lei Nº 13.214 de 29/12/2014), (Decreto nº 12.354 de 25/08/2010) e a (Resolução nº 02 de 22/01/2011), além de alguns regimentos internos dos CODETERs, atas de algumas das reuniões e os Planos de Desenvolvimento Territorial.

RESULTADOS

Os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs) são fóruns de discussão e de participação social, presentes em todos os Territórios de Identidade da Bahia, sendo um espaço de acompanhamento e discussão no planejamento, cogestão e concertação de políticas públicas, programas e projetos do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto 12.354/10.

Atualmente a Bahia conta com 27 Colegiados Territoriais, todos apresentam sede em seu Território de Identidade originário (Mapa 01).

Mapa 01: Municípios sedes dos CODETERs 2020



Cada Colegiado apresenta uma organização diferenciada tanto na estrutura de gestão como nas atribuições e funcionamento atendendo às especificidades dos seus setores econômicos, sociais, culturais e ambientais, em alguns casos fugindo da paridade entre seus membros - representantes do poder público e da sociedade civil - principalmente na composição do Colegiado. Dos 27 CODETERs, 22 apresentam uma composição e estrutura com um número significativo de instituições do poder público e da sociedade civil.

A estrutura organizacional dos CODETERs, em alguns casos (a exemplo do Velho Chico, Litoral Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste, Vale do Jiquiriçá, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Litoral Norte, Agreste Baiano, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento) está organizada em: Plenária; Núcleo Diretivo; Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas, além de subáreas que auxiliam no desempenho das atividades dos CODETERs, conforme exemplificado pelo CODETERs da bacia do rio Corrente (Tabela 01).

As câmaras temáticas ou Técnicas, comitês ou grupos de trabalho são instâncias significativas para o apoio das discussões e encaminhamentos das propostas; apesar disso os Colegiados Territoriais não têm a obrigação de lhes colocarem como permanentes na sua estrutura organizacional, o que ocasionou a criação de câmaras

temporárias e uma lentidão para seu desenvolvimento em alguns Colegiados territoriais, ignorando sua importância enquanto espaço de discussão de temas específicos que muitas vezes não aparecem nas demais reuniões das instâncias dos CODETERs. Mesmo assim dos 27 Colegiados Territoriais apenas em 8 (Irecê, Extremo Sul, Bacia do Paramirim, Semiárido Nordeste II, Médio Rio de Contas, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Costa do Descobrimento) não foi possível identificar essas instâncias.

Tabela 01. Estrutura organizacional do CODETERs da Bacia do Rio Corrente (2010-2016)

Estrutura organizacional	Composição do Colegiado	Composição da Instâncias de Gestão
I Plenária;	Em 2010 o Colegiado era composto por 26 instituições sendo a maioria da sociedade civil PTDS (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Bacia do Rio Corrente, 2010).	Em 2010 o Núcleo Técnico era composto por 07 representantes titulares sendo 04 da sociedade civil e 03 do poder público.
II Núcleo Diretivo;		
III Grupos Técnicos ou Câmaras Temáticas, PTDRSS (CODETER BACIA DO RIO CORRENTE, 2016).	Colegiado composto por 46 participantes sendo 32 da sociedade civil e 14 do poder público PTDRSS (CODETER BACIA DO RIO CORRENTE, 2016).	Núcleo diretivo era composto por 08 representantes sendo 04 da sociedade civil e 04 do poder público PTDS (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Bacia do Rio Corrente, 2010).

Fontes: PTDS (Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica Bacia do Rio Corrente, 2010) e PTDRSS (CODETER BACIA DO RIO CORRENTE, 2016). Elaboração: Lucimara Rocha (2020).

Foi possível observar que para o processo de funcionamento de alguns Colegiados territoriais houve uma mobilização por parte dos membros dos Colegiados para que a sociedade civil e o poder público dos territórios de identidade entendessem a importância dessa instância e passasse a ocupá-la, para consolidação da representação dos diversos interesses que emergem dos grupos que compõem os territórios de identidade e para promover e articular políticas públicas que promovesse um desenvolvimento territorial igualitário.

A presença de uma diversidade de representantes do poder público e da sociedade civil nos Colegiados é outro ponto positivo para o desempenho dos Colegiados, mesmo que em alguns não haja uma paridade de ambos representantes. Contudo, uma das dificuldades enfrentada pelos Colegiados era a baixa participação destes representantes - principalmente do poder público - ocasionando um esvaziamento dos espaços de discussão e encaminhamento do Colegiado.

Alguns Colegiados Territoriais se mostraram mais proativos que outros (a exemplo do Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Sisal, Recôncavo, Litoral Sul e Sudoeste Baiano), assumindo uma dinâmica e atuação própria, o que dependeu muito da organização da estrutura organizacional do Colegiado e atuação dos seus membros definindo o desenvolvimento das práticas estabelecidas, seja no seu funcionamento interno ou externo, mas ainda com ações que em muitos casos tinham um efeito mais local que a nível territorial. Observou-se ainda certa limitação no atendimento de editais e chamadas para programas de governo estadual, federal e municipal, assim como a elaboração de projetos e programas.

Um dos problemas identificados nos Colegiados foi a falta de empoderamento da sociedade civil na elaboração de políticas públicas que colaborassem para sanar ou amenizar as dificuldades reais dos municípios, além da própria desarticulação dos Colegiados para montagem de estratégias territoriais. Esse problema é resultado da falta de planejamento e capacitação governamental para esses agentes e da inexperience desses com o processo de elaboração de documentos. O auxílio que deveria ser dado pelas instituições públicas municipais muitas vezes não acontecia por falta de engajamento com o Colegiado e a capacitação que deveria ser proporcionada pelo governo não correspondeu a uma qualificação ou instrumentalização que realmente

possibilitasse que as pessoas pudessem construir um documento coeso o bastante para ser defendido e aprovado.

Mesmo assim, foi possível identificar alguns programas e políticas contemplados pelos CODETER, muitos como resultados de submissões às chamadas de programas do governo federal, Estadual e municipal contemplando a municípios específicos, sendo que a maioria dos projetos eram voltados para a agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo instituído como mecanismo de suma importância para o desenvolvimento territorial participativo, a funcionalidade e o desempenho esperado pelos CODETERs encontram-se limitados ou paralisados, por conta do não funcionamento da gestão, financiamento ou aparato do governo para o acontecimento das suas atividades.

Apesar de inserirem na Bahia a possibilidade da escuta da diversidade de grupos que os compõem, atualmente não correspondem ao aporte teórico e jurídico que lhe é atribuído, havendo a necessidade de seu fortalecimento pelo Governo para de fato atuarem como estruturas centrais no fomento, articulação e conquista de políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento territorial sustentável, evitando que restrinjam-se a ‘auxiliares na divulgação e na organização dos programas ou políticas públicas do governo federal no âmbito territorial/local’, como os caracteriza Silva (2017).

Entretanto, destaca-se que a existência dos CODETERs já faz diferença em relação ao processo participativo no planejamento estatal, haja vista que estimula a inserção das demandas sociais específicas de cada território de identidade, debatidas pelos diferentes agentes sociais, que apesar de ainda não conseguirem fazer mover todas as forças necessárias para a contemplação de todas as demandas, passam a desempenhar papel importante na elaboração das políticas públicas, com grandes potencialidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. do C. **Participação popular nas políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006, p. 9-15.
- BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o programa territórios de identidade e dá outras providências. Casa civil- Legislação Estadual, 2014. BAHIA, 2010a. Disponível em: <www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 01 de agosto. 2018.
- BAHIA. **Lei n.º 13.214, de 2 de dezembro de 2014**. Institui o conselho estadual de desenvolvimento territorial- CEDETER e os colegiados territoriais de desenvolvimento sustentável – CODETERs. Casa civil- Legislação estadual, 2015. BAHIA, 2014b. Disponível em: <www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 01 de agosto. 2018.
- BAHIA. **DECRETO Nº 16.792 DE 17 DE JUNHO DE 2016**. Institui a Agenda Territorial da Bahia - AG-TER e dá outras providências. Salvador, 2016. Bahia, 2016c.
- BAHIA. **Resolução CEDETER nº 02 de 25 de fevereiro de 2011**. Diário oficial. Salvador, 2011. Bahia 2011f.
- BONETI, L W. **Políticas públicas por dentro**. 3.ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.
- DIAS, W. J. V. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios**. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.
- HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 18, 2014.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, p.38-55, 2009.
- SILVA, F.P. M. O Território do Sisal. In: ORTEGA, A; PIRES, M. J. S. (Org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. 1 ed. Brasília: Ipea, 2017, v.1, p.151-183.
- SILVA, O. A. da. **Políticas Públicas e Planejamento Territorial**. Feira de Santana: Zarte, 2018.
- SOUZA, É. J. C. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento**. Salvador, 2008.
- VIEIRA, V. da S. **O Estado e as políticas territoriais na Bahia: entre o discurso e a prática**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2018.